



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA TURMA

Processo n.º : 13127.000062/95-07
Recurso n.º : 301-120875
Matéria : ITR
Recorrente : JOSÉ DE RESENDE
Interessada : FAZENDA NACIONAL
Recorrida : Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes
Sessão de : 13 de novembro de 2007.
Acórdão n.º : CSRF/03-05.553

Dê ordem do Senhor Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais, RETIFICO: 1) a chamada da ementa para: "Recurso especial provido"; 2) o texto da decisão onde se lê negar para: "...e, DAR provimento ao recurso especial do contribuinte"; e, 3) no último parágrafo do voto alterar para: "...e, DAR provimento ao recurso especial do contribuinte".
Brasília, 22 de dezembro de 2008.

ITR. EXERCÍCIO DE 1994 - Em função da declaração de inconstitucionalidade do Decreto nº 399/93, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e, em conformidade com o disposto no art. 4º, do Decreto nº 2.346/97 deve ser considerado insubsistente o lançamento de Imposto Territorial Rural (ITR), referente ao exercício de 1994, no que tange ao imposto propriamente dito.

ITR – NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – NULIDADE - Aplicam-se, às contribuições exigidas, os ditames contidos na Súmula nº 1, do Terceiro Conselho de Contribuintes: *"É nula, por vício formal, a notificação de lançamento que não contenha a identificação da autoridade que a expediu."*

Recurso especial negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela JOSÉ DE RESENDE,

ACORDAM os Membros da Terceira Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, por unanimidade votos, CONHECER do recurso especial do contribuinte, para, de ofício, declarar a insubsistência do lançamento do ITR (imposto) e, NEGAR provimento ao recurso especial da Fazenda Nacional quanto a nulidade formal da notificação de lançamento no que tange aos demais tributos, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


ANTONIO PRAGA
PRESIDENTE


ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO
RELATORA

FORMALIZADO EM: 17 MAR 2008

Participaram ainda do presente julgamento, os Conselheiros: OTACÍLIO DANTAS CARTAXO, SUSY GOMES HOFFMANN, JUDITH DO AMARAL MARCONDES, ANELISE DAUDT PRIETO, MARCIEL EDER COSTA e VALMIR SANDRI (Substituto convocado).

Processo n.º : 13127.000062/95-07
Acórdão n.º : CSRF/03-05.553

Recurso n.º : 301-120875
Recorrente : JOSÉ DE RESENDE
Interessada : FAZENDA NACIONAL

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Especial de Divergência interposto pelo contribuinte acima identificado(doravante denominado Interessado), contra o Acórdão nº 301-29.484, cuja ementa assim dispõe:

“ITR - VTN - VALOR SUPERESTIMADA.

A Autoridade Administrativa pode rever o Valor da Terra Nua constante do lançamento, quando questionado pelo contribuinte nos termos do § 4, do art. 3º, da Lei 8.847/94. O Laudo Técnico de Avaliação, para sua plena validade, deverá ser objeto da Anotação de Responsabilidade Técnica exigida pela Lei 6.496/77 e Resolução CONFEA 345/90.

RECURSO PROVIDO.”

O Interessado alega, em síntese, que, apesar do aresto supra ter dado provimento ao seu recurso, está não foi a melhor solução, uma vez que deveria ter sido proferida a nulidade da Notificação Fiscal em função da falta de assinatura do chefe do órgão expedidor e a indicação de seu cargo e matrícula.

Mediante o Despacho nº 301-354/04/05 (fl. 74), o i. Presidente da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes recebeu e deu prosseguimento ao Recurso interposto.

Devidamente intimada, a i. Procuradoria da Fazenda Nacional protocolizou Contra-Razões ao Recurso Especial de Divergência (fls. 99/105), endereçado a este Colegiado, onde, em resumo, sustenta que:

- 1) O Acórdão recorrido acolheu por inteiro a pretensão da recorrida ao determinar a aplicação do VTN proposto em Laudo Técnico de Avaliação (fls. 28/29);
- 2) Existem dois óbices ao conhecimento do recurso: (i) falta de interesse recursal; e, (ii) falta de pré-questionamento; e
- 3) A falta verificada pelo Interessado não prejudicou seu direito de defesa e, portanto, não é suficiente para anular o lançamento efetuado.

É o relatório.



Processo n.º : 13127.000062/95-07
Acórdão n.º : CSRF/03-05.553

VOTO

Conselheira ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO, Relatora

Como visto, trata-se de Recurso Especial, protocolizado pelo Interessado, pelo qual se requer a reforma do Acórdão n.º 301-29.484, em função de o mesmo não ter dado a melhor solução à lide, qual seja, a declaração de nulidade da notificação de lançamento.

Entendo que cabe razão ao Interessado.

Com efeito, nos termos do Decreto 70.235/72 (que dispõe sobre o Processo Administrativo Fiscal), a Notificação de Lançamento, expedida pelo órgão que administra o tributo, deverá conter obrigatoriamente:

"Art. 11. (...)

(...)

IV - a assinatura do chefe do órgão expedidor ou de outro servidor autorizado e a indicação de seu cargo ou função e o número da matrícula."

A falta detectada caracteriza vício de forma que não permite que se produza a eficácia de coisa julgada material, conduzindo à extinção do processo sem o julgamento da lide. Como bem expressa Marcelo Caetano (*in* "Manual de Direito Administrativo", 10ª edição, Tomo I, 1973, Lisboa):

"O vício de forma existe sempre que na formação ou na declaração da vontade traduzida no ato administrativo foi preterida alguma formalidade essencial ou que o ato não reveste a forma legal.

Formalidade é, pois, todo o ato ou fato, ainda que meramente ritual, exigido por lei para segurança da formação ou da expressão da vontade de um órgão de uma pessoa coletiva."

Nesse diapasão, corroborando com a tese ora desenvolvida, destacam-se os acórdãos adiante relacionados: Ac. CSRF/01-02.860, de 13/03/2000, CSRF/01-02.861, de 13/03/2000, CSRF/01-03.066, de 11/07/2000, CSRF/01-03.252, de 19/03/2001, entre outros.

Para espantar quaisquer dúvidas remanescentes, devo transcrever a Súmula n.º 1, deste Conselho de Contribuintes:

"É nula, por vício formal, a notificação de lançamento que não contenha a identificação da autoridade que a expediu."

Nada obstante, também verifico outra razão para negar provimento ao Recurso Especial protocolizado pela i. Fazenda Nacional: o lançamento em evidência é insubsistente.

Processo n.º : 13127.000062/95-07
Acórdão n.º : CSRF/03-05.553

Isso porque, para fins de apuração do ITR relativo ao exercício de 1994, a SRF aplicou as alíquotas previstas na MP n.º 399, de 1993, convertida na Lei n.º 8.847, de 28 de janeiro de 1994 e considerou como Valor da Terra Nua mínimo, o valor apurado no dia 31 de dezembro de 1993, de acordo com o disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 3.º da referida lei (citada, inclusive, como norma embasadora do lançamento fiscal em evidência).

Ora, considerando que o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da utilização das alíquotas constantes da Medida Provisória n.º 399/93 para a cobrança do ITR no exercício de 1994, este Colegiado firmou seu entendimento no sentido de considerar improcedente o lançamento que as utilizou em afronta ao princípio da anterioridade.

Neste caso, permito-me adotar a fundamentação do brilhante voto condutor do Acórdão n.º 303-32.739, da lavra da ilustre Conselheira Relatora e Presidente da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, que, com o devido zelo, examinou a matéria, nos seguintes termos:

“Ocorre que o Egrégio Supremo Tribunal Federal, em decisão recente, proferida no Recurso Extraordinário 448.558, interposto pela União contra decisão do TRF da 4.ª Região, entendeu, por unanimidade, que a alíquota do ITR constante da MP 399/2003 somente poderia ser cobrada a partir do exercício de 1995.

O acórdão do TRF havia recebido a seguinte ementa:

‘EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ITR. ANO BASE 1994. ALÍQUOTAS FIXADAS PELA LEI 8.847/94. CONVERSÃO MEDIDA PROVISÓRIA 399/03. MP RETIFICADORA. DESCUMPRIMENTO. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE TRIBUTÁRIA.

1. É pacífico o entendimento de que a Medida Provisória é lei em sentido material, sendo o veículo formal posto à disposição do Poder Executivo para regular os fatos, atos e relações do mundo fático, desde que obedecidos os critérios de urgência e necessidade que, no entendimento do Supremo Tribunal Federal, dependem do poder discricionário do Presidente da República.

2. O termo inicial do prazo para cumprimento do princípio da anterioridade corresponde à data da publicação da medida provisória.

3. A Medida Provisória n. 399/03 foi publicada em 30 de dezembro de 2003 (SIC). Contudo, na data originalmente publicada, a citada Medida Provisória não continha as alíquotas do ITR. Tal omissão fez com que fosse publicada, em 07 de janeiro de 1994, uma retificação da aludida Medida Provisória, no Diário Oficial, contendo as novas tabelas de alíquotas.

4. A retificadora não tem o condão de retroagir à data da publicação original 30 de dezembro de 1993 -de forma a cumprir o disposto no artigo 150, III, b, da Constituição Federal de 1988 e tornar possível a cobrança do ITR ainda no ano de 1994.

5. Como o instrumento legal modificador de alíquota só foi publicado no ano de 1994, a cobrança do ITR com base nas alíquotas constantes na Lei n. 8.847/94 é vedada, nos termos do artigo 150, III, b, da Constituição Federal, para o ano de 1994.”

Processo n.º : 13127.000062/95-07
Acórdão n.º : CSRF/03-05.553

O voto do Ministro Gilmar Mendes no STF, por sua vez, foi o seguinte:

"No presente caso discute-se se houve ou não violação ao princípio da anterioridade tributária ao se cobrar o ITR, com base na MP nº 399, de 1993, convertida na Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994, referente ao fato gerador ocorrido no exercício de 1994.

Para tanto, deve-se analisar se houve instituição de imposto ou sua majoração.

Ao sentenciar, o Juiz Arthur César de Souza assim examinou a controvérsia (fls. 253/254):

'A Lei 8.847/94 é conversão da MP 399, publicada em 30.12.93. Entretanto, na publicação da MP 399 de 30.12.93 não acompanhou o Anexo I, que continha as Tabelas imprescindíveis à incidência do tributo. Assim, em 7.1.94, foi reeditada a MP 399, agora com o Anexo I e as respectivas tabelas contendo as alíquotas.'

O art. 150, I e III, "a" e "b", CF, estabelece:

'Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

(...)

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.'

A MP 399 e a Lei 8.847/94 – a primeira explícita e a segunda implicitamente – revogaram o art. 50, da Lei 4.504/64 (Estatuto da Terra), na redação conferida pela Lei 6.746/79. Nesse sistema, o lançamento do ITR era feito com base nas informações prestadas pelo contribuinte. Todavia, a MP 399 e a Lei 8.847/94 inovaram aumentando o valor do tributo, pois estabeleceram um valor mínimo de terra nua por hectare (VTNm/ha), e criaram novas alíquotas. O fato gerador do ITR, segundo a MP 399 e a Lei 8.847/94, é a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, em 1º de janeiro de cada exercício, localizado fora da zona urbana do município (art. 1º, MP 399 e Lei 8.847/94).

O art. 144, caput, CTN, dispõe:

'Art. 144. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.'

Percebe-se que a embargada, utilizando-se da MP 399 convertida, posteriormente, na Lei 8.847/94, está cobrando ITR em relação a fato gerador ocorrido no próprio exercício de 1994. Impossível se admite a existência de 'lei'

Processo n.º : 13127.000062/95-07
Acórdão n.º : CSRF/03-05.553

anterior com base na MP 399 publicada em 30.12.93, porque ausente na publicação o Anexo I que trazia as tabelas, cujo conhecimento dos contribuintes era indispensável para determinação das alíquotas do tributo. A republicação da MP 399 é de ser considerada lei nova ante o disposto no art. 1º, § 4º, LICC: 'As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova'.

Assim, como a MP 399 e a Lei 8.847/94, foram publicadas, validamente, em 1994, só poderiam incidir sobre fato gerador ocorrido a partir de 1º.1.95 (art. 1º, MP 399, art. 1º, Lei 8.847/94, art. 144, caput, art. 150, I, e III, "a" e "b", CF), jamais, a partir de 1º.1.94, como ocorreu."

Portanto, ao se verificar que houve de fato instituição de nova configuração do imposto e que esta apenas se aperfeiçoou em 07 de janeiro de 1994, com a publicação, a título de "retificação", do Anexo à MP 399, essenciais à caracterização e quantificação da alíquota da exação por força do mesmo diploma, conclui-se que a exigência do ITR sob esta nova modalidade, antes de 1º de janeiro de 1995, por força do art. 150, III, 'b', da CF, viola o princípio constitucional da anterioridade tributária.

Cabe ressaltar que o referido princípio constitucional é uma garantia fundamental do contribuinte, não podendo ser suprimido nem mesmo por emenda constitucional, conforme assentado por esta Corte no julgamento da ADI 939, Plenário, Rel. Sydney Sanches, DJ 18.03.94.

Assim, nego provimento ao recurso."

Declarada, pela Corte Maior, a inconstitucionalidade da utilização das alíquotas constantes da Medida Provisória nº 399/93 para a cobrança do ITR no exercício de 1994, não resta outra alternativa a este Colegiado que não seja considerar improcedente o lançamento que as utilizou.

Com efeito, o parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 2.346/97 assim dispôs:

"Parágrafo único. Na hipótese de crédito tributário, quando houver impugnação ou recurso ainda não definitivamente julgado contra a sua constituição, devem os órgãos julgadores, singulares ou coletivos, da Administração Fazendária, afastar a aplicação da lei, tratado ou ato normativo federal, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal."(grifei)

Pelo exposto, voto por CONHECER do recurso para, de ofício, declarar a insubsistência do lançamento do ITR (imposto) e, NEGAR provimento ao recurso especial da Fazenda Nacional quanto à nulidade formal da notificação de lançamento no que tange aos demais tributos (contribuições).

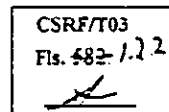
Sala das Sessões – DF, em 13 de novembro de 2007.


ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA TURMA**

Processo nº 13127.000062/95-07
Recurso nº 301-120.875
Assunto Despacho em Embargos
Despacho nº 292
Data 29 de setembro de 2008
Embargante PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
Interessada JOSÉ DE RESENDE



Na sessão plenária de 13/11/2007, a Terceira Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais julgou o recurso especial do contribuinte e decidiu, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. A decisão foi formalizada no Acórdão CSRF/03-05.553.

Cientificada em 16/06/2008, fl. 118, a Fazenda Nacional apresentou embargos tempestivos, alegando erro material em relação ao disposto na ementa, no dispositivo e no texto do voto do acórdão, vez que o recurso especial foi interposto pelo contribuinte e não pela Fazenda Nacional.

A contradição é patente. Evidencia-se erro na digitação do acórdão.

Portanto, faz-se necessária a correção do acórdão, nos seguintes pontos:

(1) troca do disposto na ementa de “Recurso especial negado” para “Recurso especial provido”;

(2) alteração do dispositivo do acórdão de “NEGAR provimento ao recurso especial da Fazenda Nacional” para “DAR provimento ao recurso especial do contribuinte”;

(3) alterar o último parágrafo do texto do voto do acórdão na parte que dispõe “NEGAR provimento ao recurso especial da Fazenda Nacional” para “DAR provimento ao recurso especial do contribuinte”;

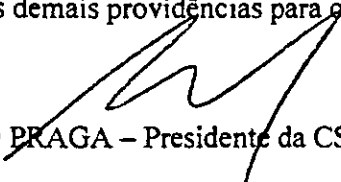
Assim, constatado o erro material, com fulcro no art. 42 do Regimento Interno da CSRF, aprovado pela Portaria MF 147/2007, cumpre a Secretaria para adotar as seguintes providências:

1) fazer as correções acima, imprimir e colher assinatura da Relatora do Voto e do Presidente da Turma;

2) apor marcação no acórdão, informando a retificação;

2) juntar este despacho, juntamente com o acórdão retificado, ao final do acórdão arquivado;

- 3) providenciar a juntada de nova cópia do acórdão ao citado processo;
- 4) dar nova ciência à representação da Procuradoria da Fazenda Nacional;
- 5) adotar as demais providências para o prosseguimento.


ANTONIO PRAGA – Presidente da CSRF